

Reivindicação:

Trabalhadores da cultura promovem grande ato em defesa dos mecanismos de fomento estaduais.

As principais ferramentas públicas estaduais de fomento ao setor cultural não estão funcionando regularmente. A classe artística reivindica o cumprimento das leis, dos acordos já estabelecidos e de cronogramas de execução de projetos e programas.

Nos dias **06 e 07 de junho, das 15 horas até 19 horas**, artistas e produtores culturais de Goiás promoverão grande ato em prol da Cultura. A ação será realizada **em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira**, sede do governo estadual. O objetivo da manifestação é cobrar o cumprimento das Leis que em nosso Estado dispõem sobre as políticas públicas para este setor da sociedade, sendo elas a Lei Estadual de Cultura (Lei Goyazes) e o Fundo de Arte e Cultura do Estado, principais mecanismos de fomento da nossa produção artística e cultural.

O evento será marcado por oficinas, apresentações musicais, performances cênicas e apresentação de poesias. Além das apresentações artísticas haverá exposição de dados sobre a produção cultural em Goiás. Os artistas e produtores também prometem erguer a voz para fazer cobranças ao Excelentíssimo Governador Ronaldo Caiado.

A cobrança seria por uma postura responsável perante a cultura do nosso Estado e pelo cumprimento de promessas, feitas aos trabalhadores da cultura ao longo de sua campanha para a Chefia do Executivo Estadual.

Os principais motivos da manifestação:

- Projetos da Lei Goyazes estão paralisados pelo fato do governo estadual não estar autorizando a captação de recursos junto à iniciativa privada, mesmo depois de aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura.

- Projetos aprovados pelo Fundo de Arte e Cultura de Goiás são aprovados em edital, mas não recebem os recursos para suas execuções. Apesar do Fundo ser uma ferramenta que possui recurso próprio, vinculado e estipulado em lei (0,5% da arrecadação líquida do Estado), poucos são os agentes culturais que puderam iniciar seus trabalhos, porque o Estado deve cerca de R\$ 30 milhões ao Fundo, referentes a mais de 350 projetos artístico-culturais dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Consequências da falta de investimento público em cultura

As ferramentas públicas de incentivo à cultura, em qualquer parte do Brasil e do mundo, são garantia de geração de emprego e renda para uma imensa classe de trabalhadores. Além disto, o Mecenato é uma prática social histórica, que garante que a produção cultural de uma nação não se atenha apenas a produtos mercadológicos e vendáveis ao grande público (estes sim conseguindo gerar sua própria renda). O investimento em arte e cultura, pelo Estado, garante justamente a riqueza de uma criação diversa e multifacetada, que exprime as diversas relações do homem com o mundo e as representações simbólicas passadas de geração em geração. A falta desse investimento coloca uma grande quantidade de pessoas em situação de desemprego e de falta de recursos de sobrevivência. Não só artistas, como profissionais que trabalham nos bastidores de cada projeto.

A paralisação dos programas de fomento prejudica a regularidade de atividades como oficinas, seminários, pesquisas, eventos de diversas naturezas, publicações de livros, exposições, shows, espetáculos, restauro de prédios históricos e reforma de espaços culturais, e tantas outras formas de manifestação, registro e salvamento da memória cultural e artística do nosso Estado. Tudo isto compromete o que já foi feito até aqui, como a profissionalização do setor, a democratização do acesso para públicos que de outra forma não conheceriam estes bens culturais materiais e imateriais. Sobre isto, o ator e produtor **Evandro Costa** comenta: “Muitos projetos realizados no Estado são exclusivos para escolas públicas, ou seja, as escolas têm recebido muitos projetos que ajudam na formação do aluno e na especialização do professor”.

Depoimentos:

Para **Thiago Santana**, ator, os projetos aprovados pelos programas de Cultura garantem o acesso da pessoa com deficiência aos bens culturais: “hoje a gente consegue fazer espetáculos e incluir os espectadores com deficiência que ficaram historicamente segredados, e hoje já vemos também atores e atrizes com deficiência sem a conotação ‘freak’. Os fomentos nos ajudam a criar tecnologias para o espectador que possui alguma deficiência. Em Goiás muitos produtores já incluem Libras, áudio-descrição em espetáculos e exposições. A gente consegue discutir hoje com os gestores dos Teatros e Centros Culturais estratégias que facilitem a locomoção e acomodação de idosos e de deficientes nos espaços culturais”.

Para **Wilmar Ferraz**, produtor audiovisual, o Governador Ronaldo Caiado fez uma campanha de aproximação com artistas e produtores culturais visando votos. Para isso, prometeu que valorizaria o setor cultural e manteria a Lei Goyazes e o Fundo de Cultura. Sobre o fato ele comenta: “Tivemos em algum momento a esperança que a palavra do governador seria de fato cumprida, e que não só os problemas deixados na condução da Goyazes e do Fundo seriam sanados, mas que também os programas seriam valorizados para a boa execução de centenas de projetos e milhares trabalhadores da Cultura”. Segundo Ferraz, várias pastas já

possuem planos de soluções para seus problemas e débitos, mas a para a Cultura “não há compromissos com o que se propõe na Lei e nos programas de fomento, o que prejudica toda uma cadeia de produção artística e cultural existente no Estado”.

Para **Cássia Reis**, restauradora, os fomentos à Cultura são importantes para preservar e proteger os prédios históricos: “recentemente perdemos o Museu Nacional por um incêndio, a Catedral de Notre-Dame, um patrimônio mundial, também foi destruída por um incêndio. A gente vai esperar alguma tragédia para que o Estado pague os projetos que tem como objeto a manutenção e preservação do nosso patrimônio material?” A nossa memória, história e patrimônio vai se perder. Estou na equipe de um projeto em Catalão, vamos iniciar um trabalho de restauro num prédio da década de 40, mas não começamos, pois dependemos do apoio financeiro do Fundo de Cultura. O prédio tem grandes problemas elétricos, hidráulicos e estruturais, o projeto tem caráter de urgência, não precisamos que aconteça um sinistro para tomar alguma atitude. A atitude é fazer urgentemente as intervenções no prédio”.

Para **Ana Cristina**, atriz do Grupo Zabriskie de Teatro, o Fundo de Cultura e a Lei Goyazes são formas de “garantir o direito do cidadão ao acesso democrático à arte e ao bem cultural”. Para ela “o não cumprimento da Lei Goyazes e o não pagamento aos projetos selecionados no FAC são reflexos da falta de respeito e de vontade política por parte do governo estadual no sentido de avançar na garantia das políticas públicas que beneficiam toda a sociedade”.

Sobre a Lei Estadual de Cultura (Lei Goyazes)

A Lei Goyazes foi criada em 2002 pela Lei Estadual de nº 13.613. Este é um mecanismo de incentivo que prevê renúncia fiscal do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para que empresários e empresas goianas invistam em **projetos culturais, socioculturais e artísticos**. Para obter o patrocínio, artistas e associações culturais devem submeter projetos para avaliação do Conselho Estadual de Cultura. Em caso de aprovação, o proponente recebe uma carta de crédito, através da qual pode tentar negociações junto à iniciativa privada, para obter o patrocínio do seu projeto. O valor investido pela empresa será descontado do ICMS pago ao governo.

Sobre o Fundo de Arte e Cultura (FAC)

O Fundo de Arte e Cultura (FAC) foi instituído pela Lei 15.633 de 30 de março de 2006 e regulamentado pelo Decreto n. 7.610 em 07 de maio de 2012. Tem orçamento próprio, vinculado e estipulado em lei que é de 0,5% da arrecadação líquida do Estado. A Secretaria de Cultura abre anualmente a seleção ao prêmio do FAC por meio de editais, seguido de uma criteriosa avaliação.

DADOS DA CULTURA NO ESTADO DE GOIÁS

Em Audiência Pública realizada na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, em novembro de 2018, para discutir as políticas culturais do Estado, o Núcleo Gestor do Fundo de Arte e Cultura (FAC) apresentou números significativos sobre essa ferramenta de fomento, dos quais destacamos:

- 113 cidades de Goiás, do Brasil e do exterior receberam atividades dos projetos aprovados pelo FAC entre 2014 a 2018;
- em 2016 os projetos aprovados pelo FAC previam a geração de 3.500 empregos diretos;
- em 2017 o número aumentou, sendo que os projetos aprovados geram 5.081 empregos diretos e 6.052 empregos indiretos.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB) a Economia Criativa em Goiás (que inclui Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Gastronomia, Cultura Popular e os Patrimônios Materiais e Imateriais) representa aproximadamente 7% do PIB Goiano. Em nível nacional a Economia Criativa representa 4% do PIB. Em Goiás o PIB da Economia Criativa é quase o dobro da média nacional.

Ainda segundo o Instituto Mauro Borges (IMB) quase 278 mil pessoas trabalham com Economia Criativa em Goiás. São artesãos, cineastas, designers, produtores de eventos, artistas plásticos, músicos, bailarinos, arte-educadores, publicitários, editores, restauradores, atores, museólogos, dentre outros. Esse número representa 8,5% das pessoas ocupadas no Estado.

Serviço:

Grande Ato de trabalhadores da cultura pela defesa dos mecanismos de fomento

Datas: 06 e 07 de junho

Horário: 15h às 19h

Local: Praça Cívica – Goiânia (em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede do governo estadual).

CONTATOS PARA ENTREVISTA:

João Bosco Amaral – Ator e Diretor Teatral – (62) 9 8408 - 7294

Malu Cunha – Produtora Cultural – (62) 9 8416 - 8294

Ana Cristina Evangelista – Atriz – (62) 9 8124 - 2498

Wilmar Ferraz – Produtor Audiovisual – (62) 8413 - 7379